TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro-Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Segunda Câmara
Sessão: 18/04/2017

14 TC-026891/026/15 PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES PÚBLICOS

Órgão Público Concessor: Secretaria de Estado da Cultura.

Entidade(s) Beneficiária(s): Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC.

Responsável(is): Marcelo Mattos Araujo (Secretário de Estado), Marcelo Costa Dantas e Miguel Martin Gutierrez Filho (Diretores Administrativos Financeiros), Ivo Mesquita (Diretor Técnico) e Paulo Vicelli (Diretor de Relações Institucionais).

Assunto: Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, pelo Substituto de Conselheiro Auditor Antonio Carlos dos Santos, publicada(s) no D.O.E. de 29-04-16.

Exercício: 2014.

Valor: R\$25.072.407,09.

Procurador(es) da Fazenda: Denis Dela Vedova Gomes.

Fiscalizada por: GDF-1 - DSF-II.

Fiscalização atual: GDF-1 - DSF-II.

Relatório

Em exame, prestação de contas, no valor de R\$ 25.072.407,09, referente ao exercício de 2014, decorrente de contrato de gestão firmado pela **Secretaria de Estado da Cultura** com a **Associação Pinacoteca Arte e Cultura**, tendo por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na Pinacoteca e Memorial da Resistência de São Paulo.

A **fiscalização** apontou ocorrências, dentre elas: i) realização muito superior às metas estipuladas no item "Programa de Comunicação e Imprensa", ensejando em revisão das metas; ii) não foi atestado que os comprovantes de

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

despesas continham a identificação do tipo do repasse e do órgão repassador em desacordo com o inciso XV, do artigo 627, das Instruções nº 01/08 deste Tribunal; e, iii) algumas despesas não estão de acordo com o regulamento de compras.

A **SEC** compareceu aos autos e acostou justificativas prestadas pela Pinacoteca de São Paulo, que, por seu turno, concordou com o apontamento da fiscalização quanto à realização muito superior às metas estipuladas no item Programa de Comunicação e Imprensa.

Informou que “Em 2014 a área de Comunicação e Assessoria de Imprensa da Pinacoteca foi reestruturada e passou a contar com novos funcionários e nova coordenação. Isso desencadeou em uma revisão do Plano de Comunicação, estabelecimento de novas parcerias pró Bono e um trabalho mais intenso e continuado nas redes sociais e site da Pinacoteca, visando não só a divulgação da programação cultural, mas também a divulgação institucional. Assim, as metas projetadas em 2013, para 2014, acabaram sendo altamente superadas e foram revistas para 2015.”.

Com relação aos comprovantes de despesas, asseverou que por ter sido alertada pela SEC já adotou providências para os próximos exercícios, de modo a cumprir com as exigências contidas nas Instruções nº 01/08.

No tocante ao suposto descumprimento das regras estabelecidas no regulamento de compras da entidade,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

informou que há situações excepcionadas no texto, a exemplo dos serviços técnicos de informática, e que a contratação questionada foi de apenas R\$ 10.000,00.

ATJ opinou pela regularidade da matéria.

PFE no mesmo sentido.

MPC obteve vista dos autos.

É o relatório.

Ak

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-026891/026/15

Em razão dos apontamentos lançados no relatório da fiscalização, os contratantes se comprometeram a regularizar as questões relacionadas à readequação das metas no item "Programa de Comunicação e Imprensa", fato que, por consequência, ocasionará na readequação econômico-financeira do respectivo item, esperando-se, com isso, que o plano operativo seja mais sólido, de modo que os recursos repassados sejam balizados em reais estimativas de custos com relação às metas.

No tocante à identificação dos comprovantes de despesas, a mesma proposição de readequação foi feita pela organização social, fato esse a ser apurado já na prestação de contas do exercício de 2015. Desse modo, a falha pode ser relevada e alçada para o campo das recomendações, visto que nestas contas não foram identificadas ocorrências materiais.

Por fim, a contratação direta pela OS da empresa para a prestação de serviços de informática também restou justificada, já que o artigo 25 de seu regulamento permite a contratação por inexigibilidade para serviços técnicos, especializados ou de notória especialização, desde que justificados.

Certo é, no entanto, que a análise de contratações futuras deverá ser mais rigorosa, de modo a evitar que todo o tipo de serviço especializado seja relegado à contratação por inexigibilidade o que, a rigor, acarretaria na

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

preferência de uma única empresa para a execução dos serviços.

Desse modo, sempre recomendável que as contratações de empresas pela Pinacoteca sejam precedidas de cotações de preços, a teor dos artigos 6º, 7º e 8º de seu Manual de Compras.

Pelo exposto, acompanhando a opinião dos órgãos opinativos, voto pela **regularidade** da prestação de contas do exercício de 2014, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, sem prejuízo de se **recomendar** aos contratantes que: i) o plano operativo seja mais sólido, de modo que os recursos repassados sejam balizados em reais estimativas de custos com relação às metas; ii) promovam a identificação dos comprovantes de despesas nos termos da Instruções nº 01/08 deste Tribunal; e, iii) as contratações de empresas pela Pinacoteca sejam precedidas de cotações de preços, a teor dos artigos 6º, 7º e 8º de seu Manual de Compras, tornando a contratação por inexigibilidade de fato excepcional.